AC ACE 70751/89
CNF 1

CONFIDENCIAL

# CAPA DE ACE

| Agência | Nº ACE/Ano | Total Fls | Sigilo |
|---|---|---|---|
| BLC | 070751 89 | 008 | W |

| Fluxo do processo | Entrada na SE/SS Pesq Arq | Remessa ao DI | ACE Processado |
|---|---|---|---|
| Data | 16 JUN 1989 | 22 JUN 89 | 10.7.89 |

Validade inicial: 02 Anos

Fração Responsável: DV-11

ACESSO INICIAL

B L C

DOCUMENTOS COMPONENTES

| Nº Ord. | Tipo/Nº/Órgão/Ano | NRE/NRS/Ano |
|---|---|---|
| 01 | FM3 / 00019 / III / BLC / 89 | 2807/89 |
| 02 | | |
| 03 | | |
| 04 | | |
| 05 | | |
| 06 | | |
| 07 | | |
| 08 | | |
| 09 | | |
| 10 | | |
| 11 | | |
| 12 | | |

OBSERVAÇÕES E INSTRUÇÕES ADICIONAIS

CONFIDENCIAL

FM-148

VIDE LANÇAMENTOS NO VERSO DESTA FOLHA

CONFIDENCIAL

002807 30 MAR 1989

2

AURELIANO CHAVES E A SUCESSÃO PRESIDENCIAL

ANTÔNIO AURELIANO CHAVES DE MENDONÇA, mineiro de TRÊS PONTAS/MG, formado em Engenharia Elétrica em ITAJUBÁ/MG, é um dos postulantes à Presidência da República pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Sua candidatura foi lançada oficialmente, no dia 87 Mar 89, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, sob um clima bastante festivo. A estratégia do ex-Ministro é montar uma base sólida de sustentação no Estado, de maneira a influenciar no cenário político nacional.

As críticas do ex-Ministro ao Governo Federal são moderadas e AURELIANO CHAVES, com o bom senso que lhe é peculiar, não pretende fazer desses ataques sua bandeira de luta na campanha presidencial. Considerado estatizador pelos seus adversários, tem afirmado, em contrapartida, que pretende atacar o problema da excessiva estatização da economia do BRASIL, pois "não quer, a título de privatização, dilapidar o patrimônio nacional".

Durante entrevista concedida à imprensa (Z7:A), no dia 18 Mar 89, AURELIANO CHAVES expôs sua plataforma de governo, quando defendeu a renegociação da dívida externa brasileira; o adiamento da Ferrovia Norte-Sul; a conclusão de ANGRA II; a aliança partidária; a valorização do funcionalismo público; o direito, responsável, de greve; a intervenção do Estado, em casos especiais, na economia; e a privatização da economia, a ser definida pelo Congresso Nacional.

A expressiva acolhida que o ex-Ministro AURELIANO CHAVES teve em BELO HORIZONTE, da parte de seus correligionários, durante o lançamento de sua candidatura, demonstra que ele ainda dispõe de carisma político, pelo menos no pefelismo mineiro. A dissidência do PFL, comandada pelo seu Presidente, Sen MARCO MACIEL, teve que se curvar diante da maioria favorável a AURELIANO, dando-lhe oportunidade de articular-se com uma proposta de centro, pendendo para uma coligação democrática.

Z1: S1M

CONFIDENCIAL

W/FM3/00019/111/B1C/290389

2 anos

WJ56EC1CG1W80A9;TLH86KBFL=26A0/3088A151Q

SIM/TC., em 31 / 03 / 1989
À BIC., 04 / 04 / 1989
G2S/SEC/EXE

Político de frases curtas e pensamentos rápidos, AURELIANO exerceu, com dignidade e lisura, importantes cargos públicos (Z7:B). Todavia, desgastou-se consideravelmente como Vice-Presidente e Ministro. Os contornos de sua candidatura ainda são obscuros, ameaçados por um possível "racha" na legenda. Por outro lado, os baixos índices de popularidade, que hoje atingem AURELIANO CHAVES, praticamente inviabilizam sua pretensão de sagrar-se vitorioso na eleição presidencial de 15 Nov 89.

***

Z3: 111/BIC

Z7: A - ENTREVISTA DE AURELIANO CHAVES AO JORNAL "O GLOBO", DE 19 MAR 89.

B - DADOS DE CURRÍCULO DO NOMINADO.

W756EC1CG1W80A9;TLH86KBPL=26A0/3066A15I0

SEC/EXEC/G2S
PROTOCOLO
N.º 1535.04
Em 03.04.1989

31/03/89

**O GLOBO — A solução para a dívida externa começa a se tornar um dos principais temas da campanha presidencial. Como o senhor pretende abordar essa questão?**

AURELIANO — Eu estou convencido de que nós temos que renegociar a dívida externa dentro de uma visão política global. O Brasil tem um aspecto positivo em relação à sua dívida que outros países não têm: nós sabemos onde é que está a dívida brasileira. É claro que se pode questionar esta ou aquela obra, mas a dívida é facilmente localizável. Ela está na melhoria de nosso parque siderúrgico, cuja produtividade torna-o altamente positivo. A dívida externa está no crescimento do parque energético, que foi ampliado de maneira extraordinária. Está na melhoria do sistema de transportes públicos, em especial os metrôs do Rio e de São Paulo. Está também na ampliação da indústria petroquímica, da indústria de fertilizantes e assim por diante.

**O GLOBO — O senhor afirma que a maior parte da dívida não é questionável, mas há uma dificuldade evidente do País em saldar os seus compromissos em dia. Como resolver este impasse?**

AURELIANO — O Brasil não pode ser submetido a uma sangria e ter que mandar para o exterior dólares conseguidos a duras penas, à custa de um sacrifício interno incomensurável, que hoje significa mais de US$ 12,5 bilhões. Admitir isso seria aceitar a idéia de que um doente que recebeu transfusão de sangue fosse obrigado — antes de se restabelecer — a devolver o sangue que recebeu do doador. Isso é impossível e os credores internacionais devem ter consciência. A renegociação da dívida externa, com dilatação dos prazos, redução do montante e redifinição de prazos para a remessa de dólares, é a saída para evitar uma crise social de conseqüências imprevisíveis e que, em última instância, poderá inviabilizar o seu próprio pagamento. A renegociação é, portanto, inexorável e quem quer que venha a substituir o Presidente Sarney, ungido pelas urnas, terá de fixar uma opção em relação a isso. Creio que essa posição será compreendida e já há sinais claros dos credores quanto a isso, seja no clube de Clube de Paris, no Japão ou nos Estados Unidos.

**O GLOBO — Este caminho deve ser percorrido também no caso da dívida interna?**

AURELIANO — Acho que há um binômio dívida interna/dívida externa. Não podem ser analisadas isoladamente, porque ambas decorreram da necessidade de captar recursos para investir em um País como o Brasil, que tem largas possibilidades, mas escassez de recursos. No que concerne ao endividamento interno há um dado que considero fundamental: o equacionamento seguro da relação entre receita tributária e despesa, quer seja despesa de custeio ou de investimento. É preciso fazer uma avaliação segura disso. Quem não distingue não governa, quem não prioriza não administra. Para eqüacionar o problema da dívida interna, nós temos que fazer este trabalho de distinção e priorização. O Brasil é um País que tem tudo, ou quase tudo por fazer. Então, é muito difícil dizer que essa obra tem importância e essa outra não tem. O fundamental é distinguir o que é importante, porém adiável, e o que é importante mas não adiável.

**O GLOBO — E a Ferrovia Norte-Sul neste contexto?**

AURELIANO — A Ferrovia Norte-Sul é uma obra importante. Ligar o Brasil do Norte com o Brasil do Sul, através de um sistema ferroviário moderno, é importante. Justiça se faça, a primeira visão da necessidade de integração Norte/Sul quem a teve foi Juscelino Kubitschek. Houve algumas manifestações pálidas no Governo Vargas, depois no Governo Dutra, mas quem teve realmente essa visão de integração do Brasil foi Juscelino. Porém, essa ferrovia é adiável. Uma usina hidrelétrica como a de Xingó é inadiável. É inadiável, porque se Xingó não entrar em funcionamento dentro do cronograma previsto, em 1992, o Nordeste terá um brutal racionamento de energia. Isso significará uma violenta recessão na região, com profundas repercussões na economia nacional. Portanto, é preciso distinguir e priorizar.

*"Em um País que tem tudo por fazer, e convive com a miséria, a má distribuição de renda, tem jeito de ser conservador? Um País em que milhões de trabalhadores não têm acesso à educação, à saúde, pode ser conservador? Conservar o quê?"*

**O GLOBO — Que prioridade teria o programa nuclear?**

AURELIANO — Angra I está fora do programa, pois foi construída no Governo Médici, pela Westinghouse, sob a responsabilidade de Furnas. Angra II é que faz parte do programa nuclear, do Acordo Brasil/Alemanha. Terminar Angra II é fundamental. Em virtude dos compromissos internacionais já assumidos e dos equipamentos já comprados, custará muito mais caro não terminá-la. Mas a partir de Angra, o programa nuclear brasileiro tem de ser sobrestado no que concerne à implantação de centrais nucleares, já que o Brasil precisa desse tipo de energia, embora ela não seja prioritária para gerar energia elétrica porque temos outras fontes, como a hídrica. Entretanto, o programa não pode ser sobrestado no que concerne ao avanço do País no domínio da tecnologia nuclear para o desenvolvimento da medicina, da agricultura, da indústria, enfim, nestas múltiplas áreas em que a tecnologia nuclear faz-se hoje presente e necessária.

**O GLOBO — Eleito pela primeira vez depois de muitos anos diretamente, após um período em que as Forças Armadas tiveram papel decisivo na condução do processo político, qual deve ser a relação do futuro Presidente com os militares?**

AURELIANO — As Forças Armadas, em qualquer país do mundo, são o próprio país. Os militares têm uma responsabilidade fundamental, de preservar a soberania nacional e, em casos extremos, a ordem pública. Então, em última análise, o que são as Forças Armadas em qualquer país do mundo, senão o povo armado para desempenhar as suas funções precípuas. Por isso, nós temos que ter sempre a preocupação de ter Forças Armadas capazes de cumprir uma missão que está hoje claramente definida na Constituição e que tem de ser respeitada. Nós temos que criar condições para que as Forças Armadas sejam devidamente preparadas, conservando o seu material humano e tendo os equipamentos necessários para que possam cumprir o seu papel constitucional.

**O GLOBO — O senhor coloca com muita ênfase a necessidade de o próximo Presidente se ater firmemente ao texto constitucional. Mas não é preciso fazer algumas alterações?**

AURELIANO — É previsível que tenhamos que fazer algumas alterações, porque é possível que alguns de seus aspectos tenham sido coloridos com excesso de emoção, como na questão da presença do capital estrangeiro no País e outras áreas. Mas nós não podemos falar, por enquanto, em alterar o texto constitucional antes de tê-lo praticado. Nós, brasileiros, temos alguns defeitos. Antes de experimentar alguma coisa, dizemos que ela não é boa. Nós ainda não experimentamos o texto constitucional. Ele tem de ser vivido e convivido, para que saibamos que alterações fazer. Caso contrário, estaremos sempre mudando a Constituição e nos frustando com as mudanças.

**O GLOBO — Há uma tendência de as eleições presidenciais se polarizarem ideologicamente, com candidatos de esquerda, centro, direita, centro-esquerda. Como senhor se situa?**

AURELIANO — Eu me defino ideologicamente de uma maneira simples. Não sou centro-esquerda e nem centro-direita, porque quem é centro-esquerda acaba sendo de esquerda. É um caso de equilíbrio. Se pego um lápis de peso e tamanho uniformes pelo meio e saio um pouquinho para a esquerda, eu desequilibro. Se resolver sair um pouquinho para a direita, também desequilibro. Então, não existe este negócio de centro-esquerda e centro-direita. Isto é uma camuflagem para aqueles que não querem se dizer de direita ou de esquerda. Eu sou centro. Mas centro imobilista? Não. Centro-reformista, centro-conservador? Não, porque em um País como o Brasil não há lugar para ser conservador. Em um país

que tem tudo por fazer e que convive com a miséria, a má distribuição de renda, tem jeito de ser conservador? Um País em que milhões de trabalhadores não têm teto, não têm acesso à educação, à saúde, o sujeito pode ser conservador? Conservar o quê?

**O GLOBO — Discute-se muito a possibilidade de se formar alianças partidárias, mesmo para o primeiro turno das eleições. Como analisa essa questão?**

AURELIANO — Em um regime pluripartidário como o nosso, a aliança é um fato natural, até porque nós a instituímos com as eleições em dois turnos. Está institucionalizada a aliança partidária na votação em dois turnos. Inexorável pela realidade, mas não pela prática, porque se um candidato tiver mais de 50 por cento dos votos no primeiro turno estará eleito. No entanto, com essa ampliação do espectro de legendas é quase impossível um candidato eleger-se no primeiro turno. Ele vai ter de submeter-se ao segundo turno e aí as alianças tornam-se inexoráveis. É claro que o candidato deve conviver com quem tem afinidade, porque a convivência, para ter qualidade, precisa ser sincera e para ter sinceridade é preciso que haja ponto de contato. Eu não posso conviver com uma pessoa que pensa de forma diametralmente oposta a mim.

**O GLOBO — Acredita na possibilidade de as forças de centro se aliarem?**

AURELIANO — Eu acho que cada candidato deve colocar-se diante da opinião pública, expondo com clareza as suas idéias. O público tem de ter o recurso de não votar naquela candidato cujas idéias e comportamentos não se ajustem com a média de seu pensamento. O que a opinião pública não pode é ser frustrada com o candidato que diz que gosta de azul, mas quando assume o Governo diz que gosta do preto.

**O GLOBO — A demissão em massa tem sido colocada como um dos caminhos para o enxugamento da máquina administrativa. A eficiência dos órgãos públicos estaria ligada a essa medida?**

AURELIANO — Não. Eu vou pelo caminho mais fácil. Isso é até bíblico: "Os caminhos forrados de rosas acabam conduzindo ao inferno". Nós temos que ter consciência de que o maior investimento é no homem. Nós precisamos valorizar, dignificar o funcionário público. Ele é peça fundamental na boa administração pública. Quem vai fazer uma boa administração sem um corpo de funcionários estimulado pelo mérito e convenientemente preparado? É preciso instituir o concurso público para o ingresso na carreira, valorizando-o através do mérito.

Eu não estou introduzindo nenhuma novidade. Uma das razões pela qual a França conseguiu atravessar a instabilidade que viveu com o sistema parlamentarista foi a de ter um corpo de funcionários que, por processo de mérito, aprimorou a sua competência, integrando-se definitivamente ao sistema administrativo francês. Isto permite continuidade na administração, integração do funcionário no processo e a dignificação de sua profissão. O funcionário na França sabe que sua carreira é importante e que ele é peça fundamental para o crescimento e o desenvolvimento no país, ao contrário do Brasil onde, a rigor, o servidor está desestimulado.

**O GLOBO — Então o senhor não pensa em demissões, caso eleito?**

AURELIANO — Acho o enxugamento necessário, mas o que eu não aceito é que ele seja feito de maneira genérica, demitindo o bom funcionário ao lado do mau funcionário. Eu não adotaria nunca uma coisa genérica.

O GLOBO — E sobre o direito de greve, notadamente em serviços considerados essenciais?

AURELIANO — A greve é um direito e a Constituição deve ser cumprida. Acho que ninguém tem o monopólio da verdade. Nem os empregadores são mais patriotas, nem os empregados. O direito de greve é uma realidade cada vez mais palpável no mundo de hoje. Agora, é preciso estabelecer um nível de responsabilidade. Você não pode, a pretexto de defender os seus interesses, violentar o direito dos outros. Em certos serviços que são essenciais o direito de greve deve ter certos condicionamentos, definidos pela legislação. Eu não posso, a pretexto do direito de greve, cortar o fornecimento de energia elétrica ou de água nos hospitais.

Mas digo o seguinte: a minha experiência no Ministério das Minas e Energia de conviver com algumas greves, me fez crescer a convicção de que há uma reserva fantástica de patriotismo entre as lideranças dos trabalhadores.

**O GLOBO — Alguns candidatos têm colocado com ênfase a necessidade de o Estado reduzir a sua participação na economia, de fortalecer a iniciativa privada. Esta é também a sua opinião?**

AURELIANO — É muito comum dizerem que sou a favor da estatização. Não é verdade. O que eu sou é moralizante. Eu não quero, a pretexto da privatização, dilapidar o patrimônio nacional. É claro que sou a favor da privatização. A presença do Estado nas economias que optaram pela democracia representativa só acontece em casos especiais. Agora, dessa intervenção, em casos especiais, nenhum país escapa, nem os Estados Unidos. No Brasil, a presença do Estado na economia não decorreu de uma postura ideológica, mas de uma realidade. Imagine se nos Governos Vargas e Dutra não houvesse uma presença expressiva do Estado no setor energético, com a construção de Paulo Afonso. O que seria do Nordeste? A situação do Brasil hoje é diferente. Sob certos aspectos, algumas estatais não souberam envelhecer, não melhoraram seus quadros, não aumentaram a produtividade e a eficiência, fazendo com que perdessem as razões que justificaram sua criação.

O GLOBO — O senhor poderia citar exemplos?

AURELIANO — Nós temos de rever áreas, como no próprio setor de energia elétrica, onde pode haver uma participação mais ampla da iniciativa privada. Também no setor siderúrgico, petroquímico, de transportes etc. É preciso definir primeiro as áreas onde a presença do Estado já é desnecessária, onde a iniciativa privada pode entrar, associada ou não com empresas estrangeiras. Porque eu não tenho xenofobia e o Mercado Comum Europeu é uma realidade. Eu não concordaria, porém, com a privatização da Petrobrás. Acho que a empresa tem de permanecer como monopólio estatal. Pode ser que no futuro se justifique a privatização.

**O GLOBO — Como seriam definidas as regras para a privatização?**

AURELIANO — Transitoriamente pelo Congresso Nacional. Mas nós não podemos transformá-lo numa espécie de entrave à privatização. Cabe a ele definir normas e regras e, dentro desses critérios, o Executivo desenvolve a privatização.

**O GLOBO — O mundo atravessa um importante período de mudanças, em que as relações entre países socialistas e capitalistas se alteram cada vez mais. Como analisa tais transformações?**

AURELIANO — Quando estive na Hungria, antes da perestroika, uma personalidade me disse uma coisa importante: o mundo atual não comporta ortodoxias; elas são coisas do passado. O capitalismo ortodoxo exacerba desigualdades gritantes. O socialismo ortodoxo, do passado, como o concebeu Marx, interpretou a sociedade em uma época e não se pode projetar essa interpretação para o futuro. O leninismo, afinal de contas, torna a sociedade retrógrada porque não permite a expansão da imaginação, que é a coisa mais bonita do homem. Então, não há mais lugar para a ortodoxia, nem no socialismo nem no capitalismo. Existe hoje uma tendência de os dois pensamentos se aproximarem na prática. A perestroika está demonstrando isso, da mesma forma que as modificações profundas que estão ocorrendo nos países capitalistas.

Z7: "B"

- Engenheiro do Serviço de Terraplanagem de CUMBICA/SP.
- Professor do Instituto Politécnico da Universidade Católica de Minas Gerais.
- Diretor Técnico da ELETROBRAS.
- Secretário de Educação do Estado de Minas Gerais.
- Secretário de Obras de Minas Gerais.
- Deputado Estadual da UDN/MG (62).
- Deputado Federal da ARENA, reeleito em 1970 (66).
- Governador de Minas Gerais (74/78).
- Vice-Presidente da República (79/85).
- Fundador do PFL (85).
- Ministro das Minas e Energia (85).
- Presidente de Honra do PFL (86).

***

WD56EC1CG1W80A9;TLH86KBPL=26A0/3G8BA15T0

FIM